

# Crescimento e desigualdade no Brasil

TRIBUNA DO BRASIL

José Álvaro de Lima Cardoso – Economista e supervisor técnico do Dieese

15. SET 2005

**E**m meio à gravíssima crise política atual, a economia continua desmentindo as análises mais pessimistas. Os indicadores de atividade econômica, por exemplo, reagiram no segundo trimestre, indicando um crescimento para 2005, se não excepcional, certamente superior aos 2,3% médios, obtidos entre 1985 e 2003. O comportamento da inflação – o centro da meta de 5,1% em dezembro deverá ser atingido –, das contas externas e das contas fiscais também têm sido muito positivos, apontando para um cenário mais favorável nestes últimos meses do ano, assim como para 2006.

A tranquilidade do câmbio e do risco-país, barômetros sensíveis da economia em relação à crise política, explica-se pelo ambiente externo, extremamente favorável ao crescimento do Brasil, e forte impulsionador das exportações, apesar da valorização do real em relação às principais moedas do mundo, especialmente ao dólar. A grande liquidez da economia internacional deve garantir aportes de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) semelhantes, em termos nominais, a 2004, mostrando que, apesar da crise política, os investidores não temem uma reviravolta nos fundamentos da economia brasileira.

Não obstante a piora dos indicadores no mês de julho – causada, em boa parte, pelas incertezas decorrentes da crise política – alguns números da

economia relativos a agosto mostram que o desempenho daquele mês não representa uma virada na trajetória de crescimento da economia. A produção de veículos em agosto cresceu 8,9% em relação ao mesmo mês de 2004, impulsionada pela grande expansão do crédito e dos financiamentos com prazos mais longos. Outro indicador importante é o crescimento das importações de bens de capital que aumentou, em agosto, 6,9% em relação ao mês anterior, o que mostra que boa parte da expansão das importações está sendo destinada à expansão da capacidade produtiva da economia.

Nos oito últimos trimestres, o Brasil cresceu 16,7%, muito acima do desempenho das últimas duas décadas, apesar de ter os maiores juros do planeta, o que significa uma verdadeira façanha. Com a proximidade das festas natalinas, a esperada redução das taxas de juros, e a manutenção de pequenos ganhos reais nas negociações, as boas notícias de crescimento da produção devem continuar até dezembro, motivadas principalmente pelo consumo das famílias. Um aspecto importante neste cenário dos últimos meses do ano, que deve melhorar a expectativa de um Natal razoável, é a manutenção da inflação em patamares baixos.

Mas se esses números são razoáveis na comparação com a história recente da economia brasileira, eles não nos devem iludir. Um crescimen-

to de 3,5% no ano, conforme as previsões mais freqüentes para este ano, estará abaixo do crescimento da economia mundial, e, inclusive, da América Latina. Além disso, e aqui está o mais importante, este padrão de crescimento não altera a estrutura de distribuição da renda.

No ranking do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) divulgado no dia 06 de setembro pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), o Brasil está na 63ª posição, em um total de 177 países. Segundo o levantamento da ONU, o Brasil tem um índice de renda inferior à média mundial e a da América Latina. Em esperança de vida, o País também está atrás da média verificada na América Latina. O relatório contém também uma comparação entre o Brasil e outros países em desenvolvimento entre 1975 e 2003. Apesar de ter ultrapassado no período a África do Sul, em IDH, o Brasil foi ultrapassado pela Malásia e China e o PIB per capita evoluiu meros 0,8% ao ano.

O estudo mostra que no Brasil os 10% mais ricos da população levam 46,9% da renda, colocando o País ao lado das maiores concentrações do planeta. Com indicadores tão agudos de desigualdade da renda, um crescimento do PIB na casa dos 3,5% fica muito aquém da dramática necessidade que o País tem de combater rápida e vigorosamente os indicadores de pobreza.